

HABEAS CORPUS Nº 494.001 - RJ (2019/0046289-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **MICHELLE FELIX BARCELLOS DE ALVARENGA**
ADVOGADO : **MICHELLE FELIX BARCELLOS DE ALVARENGA -**
RJ0177721
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE**
JANEIRO
PACIENTE : **CRISTIANO FERREIRA NAVARRO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIANO FERREIRA NAVARRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Agravado em Execução n. 0134337-88.2018.8.19.0001).

Consta dos autos que o Juiz das execuções indeferiu o pleito defensivo de progressão ao regime semiaberto.

Inconformada, a defesa ingressou com Agravo em Execução. O Tribunal, contudo, negou provimento (e-STJ fls. 19/20):

Agravo de execução penal defensivo. Hostilização da decisão da VEP que indeferiu o benefício da progressão ao regime semiaberto. Recurso que persegue a concessão do benefício, ao argumento de que o Agravante preenche os requisitos legais, salientando que o lapso temporal de 3/5 previsto na Lei 8.072/90 somente deve ser exigido para o Apenado que for reincidente específico em crime hediondo. Mérito que se resolve em desfavor do Agravante. Penas privativas de liberdade que devem ser cumpridas de modo progressivo (LEP, art. 112), segundo a encampada política criminal que tem por escopo estimular a ressocialização e a regeneração do condenado, durante o cumprimento da sanção que lhe foi imposta. Processo de execução da pena que deve ser dinâmico, sempre sujeito a alterações em face da resposta do Apenado ao tratamento penitenciário. Cumprimento integral da pena que, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, com a inversão da presunção de inocência para a certeza da culpa, passa a ser a regra geral, à luz do princípio da efetividade da jurisdição penal, somente sendo excepcionado pelos estritos benefícios que concretamente reverenciam a diretriz da reintegração social do apenado (LEP, art. 1º). Benefício da progressão que, em se tratando de crime hediondo ou equiparado, pressupõe o

atendimento cumulativo dos requisitos subjetivo (LEP, art. 112) e objetivo (Lei 8.072/90, art. 2º § 2º), ex vi da Súmula Vinculante n. 26 do STF. Agravante que praticou crime hediondo (latrocínio tentado) na condição de reincidente, sendo necessário o cumprimento de 3/5 da pena, o que ainda não ocorreu na espécie. Orientação pacífica do STJ, enfatizando que “o § 2º do art. 2º da Lei n.º 8.072/90, modificado pela Lei n.º 11.464/2007, não faz distinção entre reincidência comum ou específica, devendo, portanto, incidir a fração de 3/5 a todos os agentes reincidentes, independentemente da natureza do delito antes cometido.”. Agravo a que se nega provimento.

Nesta ocasião, a defesa sustenta que o paciente preenche requisitos subjetivos e objetivos para concessão da progressão de regime, visto já ter cumprido 2/5 da pena desde o dia 13/10/2017 e não ser reincidente específico em crime hediondo, sendo que o legislador, no art. 2º, § 2º da Lei de Crimes Hediondos, não fez qualquer menção à reincidência específica.

Com isso, pede, em liminar e no mérito, a progressão do regime ao semiaberto em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, o Tribunal adotou o seguinte entendimento (e-STJ fl. 23):

Sublinhe-se que a alegação defensiva de que a fração de 3/5 somente deve ser aplicada ao reincidente específico em crime hediondo não tem qualquer amparo, sendo pacífica a jurisprudência do E. STJ no sentido da irrelevância acerca da natureza da reincidência, se genérica ou específica, se em crime hediondo ou não. Confira: [...]

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator